Brasil, Brasis:

*Lúcio Alcântara **

Reflexões sobre a política e a história

A comemoração dos quinhentos anos do Brasil é uma excelente ocasião para refletirmos sobre a formação do nosso país, especialmente sobre os quase dois séculos de vida independente. Nesses anos, foram produzidas inúmeras explicações sobre o Brasil, as quais dissecaram os mundos da cultura, da política, da economia, da sociedade, dos esportes. Sobre esses temas foram escritos milhares de livros. Portanto, não é uma tarefa fácil tecer considerações sobre algumas dessas interpretações.

Desde o final do século XVIII, ocorreram no Brasil as primeiras tentativas de libertação do domínio colonial português, sob forte influência das idéias iluministas, que acabariam tendo participação decisiva na Revolução Francesa. No Brasil, o controle metropolitano da circulação das idéias intensificou-se ainda mais depois de 1789. Os acontecimentos que redundaram na Conjuração Mineira, na Conjuração Carioca e, principalmente, na Conjuração dos Alfaiates transformaram as idéias liberais nos maiores inimigos de Portugal: nos documentos oficiais são constantes as referências aos "abomináveis princípios franceses". A censura, que já era intensa, aumentou ainda mais: navios eram revistados ao chegar a qualquer porto, à procura de livros proibidos. E, nessa época, é sempre bom recordar, somente circulavam no Brasil livros editados fora da colônia, pois estava interdita, desde o século XVI, a existência de gráficas, além de estar proibida a criação de escolas de nível superior, enquanto na América Espanhola, desde 1540, já havia universidades.

A vinda de D. João VI, então Príncipe Regente, acabou por dar forma ao Brasil moderno. Até então, as diversas regiões tinham mais contato com Lisboa do que com a capital colonial, o Rio de Janeiro. A Abertura dos Portos (1808), além da ampliação

da circulação de livros, possibilitou também o surgimento dos primeiros jornais editados no Brasil. Mesmo assim, quando da reunião das Cortes, em Lisboa, no ano de 1821, o futuro Regente do Império, o padre Diogo Antônio Feijó, fez questão de ressaltar que não era deputado representante do Brasil, e sim, da província de São Paulo.

No ano de 1822 acabou sendo forjada rapidamente, para consumo político do círculo próximo ao Príncipe D. Pedro, uma ideologia nacionalista que dava uma identidade ao Brasil que, na prática, ainda não existia. A ação desse grupo, no Rio de Janeiro, conseguiu influir sobre o ânimo nem sempre previsível do Príncipe, transformando-o em representante das forças independentistas. Arredias, as províncias apoiaram o novo governo sediado no Rio de Janeiro – houve exceções, uma delas foram os acontecimentos na Bahia entre 1822-1823 –, que representava a possibilidade concreta de rompimento com a antiga metrópole e mantinha inalterada a estrutura econômico-social, preservando com isso os privilégios e, principalmente, a escravidão.

O nascimento do Brasil como Estado foi contemporâneo ao surgimento do Romantismo. Os escritores e os poetas românticos brasileiros, malgrado todos os problemas identificados pela crítica literária, fizeram as primeiras formulações para o novo Estado no campo cultural, para a construção de uma identidade nacional. A valorização da terra acabou por conduzir a um nacionalismo ingênuo, fruto, provavelmente, de uma independência *sui generis* na América, diversa do processo independentista dos Estados Unidos ou das colônias espanholas, fruto também de longos conflitos com suas respectivas metrópoles.

Quando Gonçalves Dias escreveu a *Canção do exílio* (1843), acabou dando uma moldura para o nascente nacionalismo. Era necessário demonstrar não ser o Brasil inferior a qualquer outro país. Mas, paradoxalmente, o poeta buscou, na natureza e não na sociedade, tal qual os primeiros cronistas, o *leitmotiv* do seu nativismo:

*Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.*

Casimiro de Abreu, contemporâneo de Gonçalves Dias, também não ficou atrás, ao cantar a natureza brasileira:

*Se eu tenho de morrer na flor dos anos, meu Deus! Não seja já;
Eu quero ouvir na laranjeira, à tarde,
Cantar o sabiá!(...)*

*O país estrangeiro mais belezas
Do que a pátria, não tem.*

No decorrer do século XIX, muitos estrangeiros visitaram o nosso país e aqui deixaram observações “explicativas”, enquanto outros escreveram sobre o Brasil, apesar de nunca tê-lo visitado. O historiador inglês Buckle, que acabou sendo levado a sério no Brasil, identificou a principal causa do nosso atraso nos ventos alísios que, segundo ele, justificariam a ausência de civilização, já que provocariam constantes chuvas e uma natureza exuberante, inibindo a criatividade do homem, a qual somente se desenvolveria nas regiões onde as condições naturais fossem adversas, não sendo esse o caso do Brasil. O Conde Artur de Gobineau esteve no Rio de Janeiro, como embaixador da França, durante catorze meses, entre 1869 e 1870, dezesseis anos após a publicação do **Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas**. Durante sua permanência no Rio de Janeiro, acabou por reforçar ainda mais suas teses racistas, como a da impossibilidade de uma civilização nos trópicos e, ainda pior, com a predominância de uma população negra. Segundo Gobineau, “nenhum brasileiro é de sangue puro; as combinações dos casamentos entre brancos, indígenas e negros multiplicaram-se a tal ponto que os matizes da carnção são inúmeros, e tudo isso produziu nas classes baixas e nas altas uma degenerescência do mais triste aspecto”. Ao visitar o Paço de São Cristóvão pela primeira vez, ficou horrorizado com as três

damas de honra da Imperatriz Teresa Cristina: de acordo com ele, “uma marrom, outra chocolate-claro e, a terceira, violeta”. Para Gobineau, “salvo o Imperador, não há ninguém neste deserto povoado de malandros”.

No mesmo momento, os românticos encontraram no indígena o protótipo do primeiro brasileiro com determinação e coragem. Boa parte da obra de José de Alencar – especialmente **O Guarani** e **Iracema** – tem, no indígena, o grande herói, assim como diversos poemas de Gonçalves Dias, como em **I-Juca-Pirama**, no qual é celebrada a bravura dos últimos tupis:

*Da tribo pujante,
Que agora anda errante
Por fado inconstante,
Guerreiros, nasci:
Sou bravo, sou forte,
Sou filho do Norte:
Meu canto de morte,
Guerreiros, ouvi.*

Diferentemente de outros países da América, como o México, a idealização do indígena não permaneceu por muito tempo. A elite intelectual tinha os pés no Brasil mas a cabeça na Europa. A sedução pela última moda europêia atingiu não somente os meios literários, como também todas as esferas do mundo social: a roupa, a diversão, a conversa. Joaquim Manuel de Macedo, escrevendo sobre a famosa Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, ironizou a influência exercida pelas costureiras francesas instaladas naquela rua que “sem peças de artilharia, nem espingardas, nem espadas e apenas com tesoura e agulhas, fundaram, suave e naturalmente, e sem oposição nem protestos, a França Antártica, no Rio de Janeiro”.

Sílvio Romero, crítico literário e ferino polemista, depois de vários escritos em que atacou a herança negra e portuguesa, chegou à conclusão, isso em 1888, de que “todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, ao menos nas idéias”. Daí se

tornava necessário valorizar a originalidade dos nossos intelectuais, aqueles que estavam trabalhando “para a determinação de nosso caráter nacional”.

Um ano fundamental na nossa história foi o de 1888. A Abolição da Escravidão deu a impressão de que ocorreriam diversas transformações políticas. Os mais notáveis abolicionistas, especialmente Joaquim Nabuco e André Rebouças, desejavam que, juntamente com a Abolição, ocorresse uma reforma no regime de propriedade da terra. A transformação do escravo em cidadão exigia, necessariamente, a extensão da pequena propriedade às centenas de milhares de negros recém-libertos. Dessa forma, teria início o processo de construção de um Brasil democrático. Portanto, não bastava simplesmente conceder a liberdade formal ao negro, quando menos de 1% deles eram alfabetizados. No clássico **O abolicionismo**, Nabuco denunciou como a escravidão destruiu a família dos cativos e “reduziu a procriação humana a um interesse venal dos senhores; manteve toda aquela massa pensante em estado puramente animal; não a alimentou, não a vestiu suficientemente; roubou-lhe as suas economias e nunca lhe pagou os seus salários; deixou-a cobrir-se de doenças e morrer ao abandono; tornou impossíveis para ela hábitos de previdência, de trabalho voluntário, de responsabilidade própria, de dignidade pessoal”. Portanto, com o 13 de Maio, não veio a efetiva libertação dos negros.

Em junho de 1889, com a designação de Afonso Celso, o Visconde de Ouro Preto, como chefe do Conselho de Ministros, aumentou a possibilidade da adoção de reformas sociais e econômicas anunciadas na última Fala do Trono, a oração pronunciada pelo Imperador na abertura de cada sessão legislativa: a criação de escolas técnicas, de duas universidades, um código civil e, principalmente, a concessão ao governo do “direito de desapropriar, por utilidade pública, os terrenos marginais das estradas de ferro, que não são aproveitados pelos proprietários e podem servir para núcleos coloniais”. Mas os acontecimentos de 15 de novembro de 1889 acabaram interrompendo algo que nem sequer tinha chegado a se constituir plenamente: a extensão da cidadania à maioria da população.

Os nossos intelectuais no final do século XIX iniciaram uma procura desesperada do que era (ou seria) o Brasil. A permanência da sociedade escravocrata até a penúltima década do século e a ausência de transformações estruturais com a República reforçaram os retratos preconceituosos sobre o brasileiro: era considerado apático, sem iniciativa, uma raça de degenerados. Entre os desiludidos, além de Sílvio Romero, poderíamos incluir, entre tantos outros, Raul Pompéia, Silva Jardim e, principalmente, Euclides da Cunha, autor de **Os sertões**, publicado em 1902.

Para Raul Pompéia, autor de **O Ateneu**, era urgente defender a independência econômica: “Os grandes centros sensórios do nosso organismo de interesses estão em Londres ou em Lisboa. Ausentes de nós, portanto. Somos, assim, em economia política, uns miserandos desvertebrados”. Depois da Abolição e da República, segundo Pompéia, “é preciso que não tarde a terceira revolução: a revolução da dignidade econômica, depois da qual somente se poderá dizer que existe a Nação Brasileira”.

Euclides da Cunha, que, na juventude, se destacou como um agitador republicano – chegando, por isso, a ser desligado da Escola Militar –, logo se desiluiu com os novos rumos do Brasil. Em 1893, em pleno governo Floriano Peixoto, não acreditava em nenhuma mudança: “O nosso povo (...) por abdicacão completa de todas as energias, não tem forças para agitar-se além das arruaças desprezíveis. Eu, às vezes, acredito que houve duas abdicacões no dia 15 de novembro – a do Imperador e a dele. (...) Nós atravessamos uma revolução – a revolução dos cochichos: os revolucionários vivem a discursar pelas esquinas inclinados para o ouvido dos comparsas – mas toda a sua ação não vai além disto. Falta-nos vigor, falta-nos brio, falta-nos sentimento e falta-nos espírito”. Quase dez anos depois, em 1902, sua crítica ainda foi mais ácida aos destinos do Brasil: “Deu o que podia dar: escravidão, alguns atos de heroísmo amalucado, uma república hilariante e, por fim, o que aí está – a bandalheira sistematizada”. Quando assumiu a sua cadeira na Academia Brasileira de Letras, em 1906, enfatizou mais uma vez a sua decepção com a conjuntura política. Atacou a mania nacional das reformas pela cimalha, que acabava por permanecer “nos andaimes altíssimos, luxuosamente arma-

dos. Os novos princípios que chegavam não tinham o abrigo de uma cultura, e ficavam no ar, inúteis, como forças admiráveis, mas sem pontos de apoio; e tornaram-se frases decorativas sem sentido, ou capazes de todos os sentidos; e reduziram-se a fórmulas irritantes de uma caturrice doutrinária inaturável: e acabaram fazendo-se palavras, meras palavras, rijas, secas, desfibradas, disfarçando a pobreza com a vestimenta dos mais pretensiosos maiúsculos do alfabeto”.

Sílvio Romero foi o encarregado pela Academia Brasileira de Letras de fazer o discurso de recepção a Euclides. Aproveitou a ocasião em que estavam presentes as maiores autoridades da República – inclusive o presidente recém-eleito Afonso Pena – para atacar o coronelismo, o mandonismo e toda a estrutura corrompida da República do Café. Discorda daqueles que imputam à população do interior as causas do atraso do Brasil, “sem se lembrarem de que, há quatrocentos anos, ela é que trabalha e produz, ela é que se bate, isto é, sem se lembrarem de que ela é que tem sustentado o Brasil como povo que vive e como Nação que se defende”. Para Romero, faltava uma “revolução social”. Era indispensável combater as oligarquias, que deveriam ser derrubadas pela traição ou até, pura e simplesmente, pelo assassinato. O país estava dominado pelo imperialismo, e a elite política estava preocupada com a reforma da cidade do Rio de Janeiro, com os novos palácios que acabaram de ser construídos, enquanto “o povo não sabe ler”, “a maior parte da gente mora em estalagens e cortiços” e a “miséria é geral e quase todas as cidades e todas as vilas do Brasil são verdadeiras taperas”.

O novo século aproximava-se com um resgate acríptico da História do Brasil feito no pequeno livro de Afonso Celso, publicado em 1900: **Por que Me Ufano do Meu País**, um grande sucesso editorial. Para o autor, o Brasil era superior a qualquer outro país em razão da grandeza territorial, da beleza natural, da riqueza mineral, da amenidade do clima – que, para Romero, era um dos motivos do atraso –, da inexistência de calamidades, da mestiçagem, da ausência de preconceitos, da caridade, da hospitalidade e da tolerância: do pessimismo exagerado passamos a um ufanismo ingênuo.

Mas a magia das palavras não alterou a realidade: a República petrificou o coronelismo, o mandonismo local e seus sucedâneos. No dizer de Euclides, “os senhores de baração e cutelo”. A transformação da coisa pública (*res publica*) em coisa privada, dos donos do poder, impediu a formação da cidadania. A busca da razão do atraso em supostas características negativas do povo brasileiro conduziu a teorias racistas, que foram dominantes no Brasil nas primeiras décadas do século. Para alguns, como Nina Rodrigues, o atraso brasileiro, comparativamente aos Estados Unidos – que passou a ser a grande referência para os nossos intelectuais, substituindo a Europa –, deveu-se principalmente à mestiçagem. Ao contrário de nós, os norte-americanos teriam estabelecido claramente a fronteira entre negros e brancos, leia-se segregação racial. Rodrigues chegou a sugerir, em um dos seus livros – **As raças humanas e a responsabilidade penal** –, que deveria existir no Brasil um código penal para cada raça. Como os negros eram, segundo ele, inferiores, deveriam ser tutelados pelo Estado. Se a tutela não foi imposta sobre os negros, acabou sendo impingida no século XX pelo Estado brasileiro para controlar os indígenas.

A reflexão anti-racista já estava presente desde o início do século XX. Manuel Bonfim foi um dos que tentaram remar contra a corrente, mas seus livros tiveram, à época, pequena repercussão. Bonfim transferiu a razão do atraso do Brasil para as classes dominantes e para o Estado, que só existia para “cobrar impostos, coagir as populações e organizar as forças armadas que o defendem”. Alberto Torres foi outro que insistiu na responsabilidade da elite dirigente pelo atraso do Brasil – apesar de ter exercido diversos cargos como governador do Rio de Janeiro, ministro de Estado e juiz do Supremo Tribunal de Justiça. Apontou a necessidade de educar o povo para que pudesse ter oportunidade de trabalho e de a elite política conhecer o Brasil: “Temos vivido a pretender executar, sobre este solo único, um repertório de teorias exóticas. Tendo caminhado para o oceano, precisamos regressar ao centro: voamos, abandonando a Terra, que implorava os nossos cuidados. Quisemos formar a cabeça, antes de possuir um corpo”.

Em 1918, foi publicado **Urupês**, de Monteiro Lobato, que gerou um grande impacto na intelectualidade. Ao contrário da idealização do índio ou do caboclo, Lobato criou o personagem Jeca Tatu como uma síntese do brasileiro que vivia no campo, representando, então, a maior parte da população. Para Lobato, havia uma enorme distância entre os livros que louvavam as qualidades da natureza brasileira e a realidade do nosso povo: "Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade!(...) Seu grande cuidado é espremer todas as consequências da lei do menor esforço – e nisto vai longe". Depois de historiar a casa, os móveis, a horta, o lazer, as eleições ("o fato mais importante da sua vida é, sem dúvida, votar no governo. (...) Vota. Não sabe em quem, mas vota"), a noção de pátria ("Não tem sequer a noção do país em que vive"), suas doenças, a religião, concluiu: "Só ele, no meio de tanta vida, não vive". Em 1936, quando publicou **O escândalo do petróleo**, seu julgamento sobre o Brasil ainda foi mais ferino: o Brasil é um "pântano com quarenta milhões de rãs coaxantes, uma a botar a culpa na outra do mal-estar que sentiam. (...) O mal das rãs é julgar que os sons resolvem problemas econômicos. Trocam o som 'monarquia' pelo som 'república', e trocam este som por 'república nova'. Depois inventam sons inéditos – 'reajustamento', 'congelados', 'integralismo'. É próprio das rãs esse excessivo pendor musical. Querem sonoridades apenas. 'Somos o maior país do mundo'. 'Temos o maior rio do mundo'. 'Nossas riquezas são inesgotáveis' etc. Enchem o ar dessas músicas – e mandam o ministro da Fazenda correr Nova Iorque e Londres de chapéu na mão a pedinchar dinheiro".

No final da década de 1920, como uma espécie de prenúncio da perda do poder político por parte da burguesia cafeeira paulista, Paulo Prado publicou **Retrato do Brasil** (1928), com um curioso subtítulo: Ensaio sobre a Tristeza Brasileira. Para ele, nesta "terra radiosa vive um povo triste. Legaram-lhe essa melancolia os descobridores, que a revelaram ao mundo e a povoaram". Segundo Prado, "a tristeza sucedeu à intensa vida sexual do colono, desviado para as perversões eróticas", e a cobiça, "à desilusão do ouro, esse sentimento é também melancólico, pela inutilidade do esforço". Três anos depois, o ensaísta mineiro Eduardo Friciro respondeu ao livro de Prado com um pequeno

texto chamado **O brasileiro não é triste**. Para Fricieiro, se a luxúria e a cobiça fossem causadoras de tristeza permanente, a humanidade inteira viveria sumida numa melancolia sem fim.

A Revolução de 1930 propiciou o surgimento de um grande número de novas interpretações do Brasil. Algumas delas reforçaram a explicação racista, como as de Oliveira Vianna. No livro **Evolução do povo brasileiro**, escreveu que os negros “quando sujeitos à disciplina das senzalas, os senhores os mantêm dentro de certos costumes de moralidade e sociabilidade, que os assimilam, tanto quanto possível, à raça superior: desde o momento, porém, em que, abolida a escravidão, são entregues, em massa, à sua própria direção, decaem e chegam progressivamente à situação abastardada em que os vemos hoje”. Dentro desse quadro analítico racista, o paulista Alfredo Ellis, no livro **Raça de gigantes** (1934), sustentou que os paulistas se distinguiam dos outros brasileiros por “um tipo físico profundamente diferente”, no qual predominavam os brancos, e a presença negra tornou-se ínfima, em razão do clima que, segundo Ellis, os prejudicava, pois a “maior espessura dérmica sobrecarrega a respiração pelos pulmões”.

No meio de um universo racista, marcado pelas teorias de eugenia, Gilberto Freyre publicou, em 1933, **Casa grande e senzala**. Entre outras qualidades, o livro teve o mérito de resistir às explicações racistas tão em voga na época. Não é demais recordar que o fascismo italiano já estava no poder desde 1922 e Adolf Hitler havia sido nomeado Chanceler do Reich alemão em janeiro de 1933. Para Freyre, não havia raças superiores ou inferiores. Enquanto muitos intelectuais encontravam em Portugal e no tipo de colonização a razão do nosso atraso econômico, para Freyre foram as aptidões dos portugueses que acabaram tornando possível o desenvolvimento da civilização nos trópicos: com iniciativa, espírito de aventura, adaptabilidade ao meio e opondo-se ao preconceito racial. Na valorização do passado senhorial e da colonização portuguesa, Freyre chegou ao exagero de afirmar no livro **Interpretação do Brasil** (1947), produto de várias conferências realizadas nos Estados Unidos em 1944, que o escravo brasileiro tinha boas condições de vida, chegando a conquistar trinta dias

de férias por ano, algo que a classe operária européia somente irá obter no século XX. Segundo Freyre, era "possível que houvesse preconceitos de raça nas áreas de monocultura latifundiária no Brasil; ou, o que é natural, distância social entre o senhor e o escravo, entre o branco e o preto, mas como existe entre velho e o moço, o homem e a mulher".

Em 1936, pouco antes do golpe do Estado Novo, foi publicado **Raízes do Brasil**, do historiador Sérgio Buarque de Holanda, também se opondo às explicações racistas tão em voga. Sérgio Buarque buscou encontrar os fundamentos para o jeito de ser do brasileiro. Destacou a importância dos vínculos pessoais que acabaram sobrepondo-se aos vínculos institucionais, às normas impostas pelo Estado. Daí a invasão do interesse público pelos interesses privados, do Estado pela família extensa. Não deve ser esquecida a importância dada pelo autor à cordialidade brasileira, à generosidade, à hospitalidade, que representariam um "traço definitivo do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal".

Em plena euforia desenvolvimentista da década de 1950, o Nordeste, paradoxalmente, acabou transformando-se no centro das atenções do país. A organização das Ligas Camponesas, o nascimento das primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em Natal, no Rio Grande do Norte, graças à iniciativa de D. Eugênio Salles, e, principalmente, a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em dezembro de 1959, transformaram a região em um microcosmo da luta política que estava ocorrendo no país. Celso Furtado é a grande personagem do período, como o mais decidido organizador de uma alternativa viável de desenvolvimento plural para o Nordeste. Chamado por Assis Chateaubriand de "Antonio Conselheiro de fraque", foi o principal organizador da Sudene, pouco depois de ter retornado ao Brasil, onde encontrou "um país em extraordinária efervescência", com "uma enorme vaga de confiança". Segundo Furtado, naquele momento, "a idéia antiga de que algo está errado no Brasil e de que isso se deve à omissão do governo arrefe-

ceu com a construção de Brasília. Abriam-se horizontes, falava-se de um continente novo a ser conquistado, já não seríamos um 'povo de caranguejos' presos à beira da praia. As instituições públicas se renovariam ao serem trasladadas para uma cidade, que nascia pronta para enfrentar os desafios do futuro".

Os esforços de uma brilhante geração pouco adiantaram. Às vésperas do 1º de abril de 1964, Josué de Castro acabara de escrever **Sete palmos de terra e um caixão**, preocupado com os rumos da política norte-americana para o Brasil, especialmente em relação ao Nordeste: "O Nordeste do Brasil foi descoberto pelos portugueses no ano de 1500 e pelos norte-americanos no de 1960. As duas descobertas foram feitas por engano. Em 1500, graças a um erro de navegação; em 1960, graças a um erro de interpretação. Os portugueses erraram na geografia; os norte-americanos, na história". Mas os esforços de Castro e de Furtado foram em vão. Os tempos de otimismo foram substituídos pelo medo. Nas suas memórias, Furtado recordou que a "ditadura militar, ao destruir pela raiz toda atividade política autêntica, foi particularmente daninha ao Nordeste, interrompendo um processo de mudança social que circunstâncias muito particulares haviam permitido florescer".

Mas o Brasil, neste século, teve mais que política. Especialmente a partir da década de 1930, o futebol passou a simbolizar o que, anos depois, Nelson Rodrigues chamou de "a pátria em chuteiras". De esporte de elite, "dos brancos", transformou-se em esporte de massa, jogado e apreciado por todos. O futebol foi se transformando na nossa mitologia: os craques, em verdadeiros deuses, e o Maracanã, nosso Olimpo. Tal qual como na Grécia antiga, onde os acontecimentos eram datados tendo como referência uma Olimpíada, no Brasil, fatos marcantes da vida de milhares de pessoas tiveram como marco uma das Copas do Mundo disputadas pela nossa seleção de futebol. Friederich, Fausto, Leônidas, Zizinho, Pelé, Garrincha deixaram de fazer parte do mundo dos comuns dos mortais. Suas jogadas, dribles e gols passaram para o universo da lenda. Nelson Rodrigues, o maior intérprete do nosso futebol, pouco antes do início da Copa de 1958, disputada na Suécia, escreveu que a seleção brasileira tinha tudo

para vencer, mas tinha de acabar com o "complexo de vira-lata", de inferioridade, diante do estrangeiro. Depois da Copa escreveu: "Cada um de nós era um Narciso às avessas, que tinha vontade de cuspir na própria imagem. Hoje, a gente se olha no espelho e vê um campeão do mundo". O futebol passou a representar a afirmação nacional e, em alguns momentos, foi usado até como instrumento de legitimação política, como ocorreu durante o regime militar.

Se, por meio do futebol, formou-se uma das faces da identidade nacional, a religião praticada no Brasil também construiu uma visão de mundo muito particular. Tanto o catolicismo como as diferentes vertentes do cristianismo (protestantismo, pentecostalismo e outros), além das religiões africanas – sem esquecer, é claro, a presença indígena –, acabaram criando um mundo mágico-sincrético: Oxalá, Jesus Cristo e Tupã dividindo o mesmo altar. A salvação pelo caboclo ou por Jesus convive em um mesmo espaço sagrado, algumas vezes sem qualquer contradição.

Muitos brasileiros são católicos, freqüentam centros espíritas, quando necessitam, vão aos terreiros de umbanda, e, nas horas vagas, lêem Paulo Coelho: na terra de Macunaima, as religiões e seus profetas acabaram convivendo em harmonia.

Neste século, oscilamos do pessimismo desenfreado ao otimismo sem razão. Amamos e odiamos o povo brasileiro, no sentido mais genérico possível, conforme o resultado de algum acontecimento político, de uma eleição. Assim como um jogador de futebol pode ser herói em um jogo e, no seguinte, ser hostilizado pela torcida. A cultura popular pode ser considerada fonte de sabedoria, mas também seria uma das razões do atraso brasileiro; o Nordeste, fonte de grande parte da nossa produção cultural, é considerado uma "usina de idéias", mas sempre é recordado como uma região-problema, onde a população supostamente trabalha pouco, vive no ócio e só pensa em festa. Essa duplicidade de alma e interpretação – curiosamente tão característica do fundador do Estado brasileiro, D. Pedro I – acabou marcando a nossa História durante cinco séculos e, ao que tudo indica, estamos longe de um acordo sobre as interpretações do Brasil. O alerta do historiador Caio Prado Júnior, escrito em 1946, continua

atualíssimo: "O Brasil não se libertará efetivamente enquanto não topar com o caminho de uma cultura própria e autônoma. (...) Não se trata evidentemente de recomeçar de novo toda a evolução do conhecimento e do pensamento humanos, e reiniciar a longa e difícil jornada do progresso cultural da humanidade. Devemos partir do já adquirido, nos inspirarmos nele e utilizarmos os dados e métodos conquistados. Mas devemos também acrescentar uma inspiração própria, e olhar para este mundo que nos cerca, tão diferente do mundo europeu ou norte-americano que até hoje nos tem servido de modelo, sem o prisma deformador de uma cultura estranha. É esta uma das premissas fundamentais da nossa libertação e do nosso progresso".

* *Lúcio Alcântara* é médico. Foi eleito Senador da República pelo Estado do Ceará (1995-2003).